



# A QUE SERVE O LOCALISMO ATOMIZANTE? (SESSÃO TEMÁTICA 01)

**Carina Serra Amancio**  
FAUUSP | carinaserra@gmail.com

---

## Sessão Temática 01: Produção do Espaço Urbano e Regional

---

**Resumo:** A expansão do agronegócio e a interiorização da urbanização têm transformado profundamente o território brasileiro, configurando novas dinâmicas espaciais que intensificam desigualdades regionais e sociais. Esses processos se articulam com a atuação do capital imobiliário-financeiro, que frequentemente se apropria de instrumentos urbanísticos como ZEIS e PPPs, originalmente criados para combater desigualdades, mas que acabam reforçando exclusões e processos de espoliação. Este ensaio analisa criticamente essas transformações, conectando as mudanças territoriais e econômicas à lógica de acumulação capitalista. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, articulando escalas local, regional e nacional para debater os desafios das políticas urbanas no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** política urbana; desenvolvimento regional; rural-urbano; localismo.

## WHAT IS THE PURPOSE OF ATOMIZED LOCALISM?

**Abstract:** *The expansion of agribusiness and the inward urbanization process have profoundly transformed Brazil's territory, shaping new spatial dynamics that exacerbate regional and social inequalities. These processes intersect with the activities of the real estate-financial complex, which often appropriates urban planning tools such as ZEIS and PPPs. Originally designed to address inequalities, these instruments frequently reinforce exclusion and processes of dispossession. This essay critically examines these transformations, linking territorial and economic changes to the logic of capitalist accumulation. The research relies on a bibliographic review and a qualitative approach, articulating local, regional, and national scales to discuss the challenges of urban policies in contemporary Brazil*

**Keywords:** *Urban policy; regional development; rural-urban; localism.*

---

## ¿A QUIÉN SIRVE EL LOCALISMO ATOMIZADO?

**Resumen:** *La expansión del agronegocio y la interiorización de la urbanización han transformado profundamente el territorio brasileño, configurando nuevas dinámicas espaciales que intensifican las desigualdades regionales y sociales. Estos procesos se articulan con la actuación del capital inmobiliario-financiero, que frecuentemente se apropia de instrumentos urbanísticos como las ZEIS y las PPP, originalmente creados para combatir desigualdades, pero que terminan reforzando exclusiones y procesos de despojo. Este ensayo analiza críticamente estas transformaciones, conectando los cambios territoriales y económicos con la lógica de acumulación capitalista. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y un enfoque cualitativo, articulando escalas local, regional y nacional para debatir los desafíos de las políticas urbanas en el Brasil contemporáneo.*

**Palabras clave:** *Política urbana; desarrollo regional; rural-urbano; localismo.*

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, nasceu no fundo do mato-virgem, preto e indígena, filho do medo e da noite. Passa a infância em uma tribo amazônica até que toma banho de mandioca brava e se torna um adulto, branco e de olhos azuis. Quando sua amada, Cl, a mãe do mato, sobe aos céus, deixa o amuleto muiraquitã como sua única recordação ao Macunaíma. Assim que o perde, o herói vai para São Paulo em busca de recuperá-lo com seus dois irmãos. A obra, escrita por Mário de Andrade, escrita em 1927, foi ferramenta de estudos não só literários, mas também pelos chamados “demiurgos do Brasil” a fim de compreender a formação brasileira. Da junção do folclore, músicas populares e o contexto modernista nacional, Macunaíma desmonta o Brasil localista, colocando em cena a necessidade de entender um país inserido na periferia do capitalismo de forma totalizante. Gilda de Mello Souza e Antonio Candido foram exemplos de estudiosos que se debruçaram sobre a obra para entender criticamente o passado e o presente, até aquele momento, do Brasil das oligarquias, do regionalismo e da herança colonial que impedia a construção teórica e prática das esferas da produção específicas da periferia do capital.

O mapa de sua terra, que Macunaíma descortina do alto, sobrevoando o Brasil no tuiuiú-aeroplano, é de certo modo a projeção de um desejo profundo do escritor, manifestado em outros momentos de sua obra: desejo de estabelecer a identidade entre o habitante rico do Sul e o pobre seringueiro do Norte, entre as cidades prósperas e superpovoadas do litoral e ‘o vasto interior, onde ainda a pobreza reina, a incultura e o deserto. (De Mello, 2003, p. 34)

Se na primeira metade do século XX as produções sobre a reprodução social e formação nacional buscam olhar para o país e para o capitalismo pela totalidade, hoje, após a virada do século XXI, os estudos parecem defender o inverso.

Atualmente, de forma hegemônica, ainda que tenham exceções, têm tido centralidade no debate público e acadêmico as produções centralizadas por meio de um localismo atomizante. A dimensão espacial localizada tem protagonizado não só a academia, mas também a construção de políticas públicas, assumida, muitas vezes, pela ação estatal junto à do mercado.

No campo dos estudos urbanos, a crença e defesa imensurável nos Planos Diretores em escala municipal tem assumido talvez a expressão mais evidente, sobretudo quando aplicado às Parcerias Público Privadas, através do discurso de combate às desigualdades sociais de forma focalizada. Inserir as discussões descentralizadas é uma grande tarefa em um país de escala continental, mas deve ser feito só depois de construir coletivamente os critérios nacionais para superar as desigualdades estruturais de um país inserido na periferia do capitalismo. Negar a importância das diversidades regionais, ou da construção de um projeto de país, tem atendido a quem? A que (ou a quem) serve o localismo atomizante?

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, ainda em formato de ensaio, pretende discutir alguns desencontros entre as dinâmicas materiais (sobretudo as urbanas e econômicas) e as ideológicas, inseridas na hegemonia neoliberal. A discussão, que não é nova, já foi formulada pela reflexão crítica

brasileira desde o fim do século XIX, quando era debatido a distância entre o ideário liberal do Império e o regime de trabalho, que era escravo.<sup>1</sup> Sem arriscar uma formulação pretensiosa, visto o caráter expositivo desta pesquisa e os interesses objetivos desta autora, será tomado como recorte de discussão o descompasso entre as produções dos estudos urbanos focalizados, entendidos aqui, sobretudo, pelas interpretações e defesas dos chamados “instrumentos urbanísticos”, e sua inadequação material quando visto pela ótica da diversidade regional de um país continental e inserido na periferia do capitalismo.

Resguardado o recorte, o campo dos estudos urbanos teve destaque nos mais diversos debates entre as décadas de 1960 e 1980. Isso porque houve um exponencial crescimento das metrópoles, em especial na América Latina, marcado por grande desigualdade territorial. As cidades, que até então pouco apareciam nos debates, passaram a ser objeto de análise e de discussão.

O processo exponencial de crescimento das metrópoles, a migração do campo para a cidade, a precarização do trabalho e aumento do desemprego, os problemas habitacionais e, transversalmente, o papel desempenhado pelo Estado e os preços da terra, foram e são temas de diversas bibliografias. Alguns conceitos cunhados como “espoliação urbana”, “urbanização por baixos salários”, e “padrão periférico de crescimento” procuraram dar conta das explicações teóricas de um entendimento sobre o urbano não dual, que incorporava elementos marxistas a fim de discutir o crescimento *sui generis* das cidades inseridas na periferia do capitalismo.

As produções não só marcaram os estudos urbanos daquelas décadas, como também trouxeram reflexões que estimularam saídas programáticas para diminuição da desigualdade e em oposição ao regime militar brasileiro, vigente naquele momento. Diversos acadêmicos e professores foram exilados e, grande parte dos que permaneceram no país, desenvolviam suas produções em consonância com a luta social.

Logo a luta pela redemocratização teve êxito e a ditadura militar chegou ao fim, parte desses estudiosos comprometidos com a agenda de luta social passaram a ocupar cargos públicos. As propostas daquele momento, como a implementação do Orçamento Participativo, a Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS) e a Urbanização de Favelas, evidenciaram um protagonismo dos profissionais da política urbana no processo institucional.

Ao mesmo tempo em que avanços em torno da política institucional e do arcabouço legal eram percebidos, as agendas de pesquisa e de luta social passaram a dar protagonismo para os chamados “instrumentos urbanísticos”. Dentre os exemplos mais paradigmáticos vale destacar a implementação do Estatuto da Cidade em 2001, instrumento que deu base jurídica para a política urbana no Brasil, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988; e a criação do Ministério das Cidades em 2003.

Se por um lado tanto o instrumento quanto o Ministério foram criados com o objetivo de dar centralidade na política urbana no Brasil, bem como dar protagonismo aos municípios no

desenvolvimento nacional, o que se observou foi o impulso do planejamento urbano, via planos e leis, para solucionar os problemas da produção e reprodução social brasileira.

Salvo os detalhes da formulação inicial do Estatuto da Cidade e do próprio Ministério das Cidades, tanto do ponto de vista das concepções e dos desafios de suas implementações, que não cabe neste momento do trabalho desenvolvê-los, o que se pretende aqui debater são os desencontros e inadequações das formulações teóricas e práticas vistas sob a luz da questão urbana. Na bibliografia vigente é consenso que os avanços mencionados não só não alçaram voos na solução dos problemas estruturais nacionais, mas foram aprofundados.<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo, o que se tem visto ganhar palco e visibilidade nos debates é o localismo, inscrito em reivindicações da aplicabilidade da Outorga Onerosa, Parceria Público Privadas, ou mesmo até entre os ditos mais progressistas, a aplicação das ZEIS ou da Função Social da Propriedade. Mas se são transformadores, como podem as crises urbana, social, política e institucional terem se aprofundado? O que parece ter saído de “moda”, antes muito debatido, é a construção de um projeto nacional, tendo em vista as condições de um país inserido na periferia do capitalismo. Recentemente as produções em torno da formação brasileira e do urbano visto sob a ótica da circulação do capital, bem como de sua produção e reprodução, tem se dado como algo provinciano e sem lugar.

O que está posto aqui não é um debate geracional, ou a qualificação entre produções e formulações. Mas a raiz dos interesses entre a escolha de um debate ou outro. Em outras palavras, a quem interessa o localismo atomizante? Em que momento a questão urbana se retirou do debate da formação nacional? Foram as conquistas no período de redemocratização que confundiram os estudiosos e as lideranças sociais? Foi a institucionalização após a virada do século XXI? Ou foi o avanço do ideário neoliberal após 1990? Perguntas essas que não conseguem se esgotar quando interpretadas pela observação quase corporativa dos urbanistas. Será necessário retomar o período histórico nacional quando os chamados “demiurgos do Brasil” foram capazes de formular um debate aprofundado sobre a formação brasileira à luz do circuito do capital.

## **DO PROJETO NACIONAL AO LOCALISMO**

Identificar qual é o começo das formulações não é uma tarefa fácil. Isso porque o recorte temporal das pesquisas e análises dependem dos segmentos bibliográficos seguidos por cada autor, assim como o entendimento da realidade e qual linha teórica cada um preferiu seguir. Sobretudo quando há uma espécie de tradição brasileira em recomeçar do zero, a cada geração, as produções teóricas e também práticas. O problema é facilmente comprovado quando se observa a falta de compreensão sobre a realidade nas produções acadêmicas, e sua desconexão com a reprodução social, ou, no inverso mas combinado, pelas reivindicações, discursos e práticas dos movimentos sociais que pouco abordam as estruturas da circulação

do capital e acabam se debruçando na lógica do “ganha-ganha”, onde mais ganha o mercado do que a classe trabalhadora.

Antes de desenvolver o argumento, vale levantar exemplos históricos na chamada “matéria brasileira” em que a articulação da produção teórica com a mobilização social foi bem sucedida, mas, justamente por isso, interrompida.<sup>3</sup> O golpe militar de 1964 interrompeu, mas não abafou, o radicalismo intelectual e as mobilizações sociais que deram início na Revolução de 1930. Na primeira metade do século XX as produções tentavam compreender a formação do Brasil e as raízes das desigualdades em um país inserido na periferia do capitalismo. O caldo social também se expressava no campo da cultura e da arte, como foi o caso do modernismo em solo nacional. Florestan Fernandes, Celso Furtado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado foram exemplos de intelectuais que marcaram uma geração que aprendeu a refletir e se interessar pelo Brasil.

O debate em torno do desenvolvimento nacional mobilizava os diversos estudiosos, artistas e intelectuais, que, em busca de encontrar “espaço da imaginação e do pensamento crítico em torno de um eixo interno”, se colocava pela primeira vez no imaginário social uma referência do Brasil enquanto nação integrada.<sup>4</sup> Schwarz, ao estudar o “fim do século” XX, coloca que, em termos gerais, havia uma busca pela modernização, antiimperialista, do universo da cidadania em contraponto ao das dinâmicas sociais e de trabalho semicoloniais. O rural, que até então era predominantemente local de vida da população brasileira, caminhava para a migração ao urbano, visto como moderno, do trabalho assalariado, sob o avanço da industrialização e da independência nacional.

Com o golpe de 1964 a aspiração democratizante, que necessariamente colocava em voga o acirramento das disputas de classes, chegou ao fim. Mas não especificamente o desenvolvimentismo nacionalista:

A tal ponto que uma fração da intelectualidade, mais desenvolvimentista e antiimperialista que democrática, acompanhou com certa simpatia o projeto dos generais de transformar o Brasil numa grande potência. O ciclo chegou ao fim com os dois choques do petróleo, a crise da dívida e sobretudo com os novos saltos tecnológicos e a globalização da economia, que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem. Nos anos 80 ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia dinheiro. Nas novas condições de tecnologia, as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis. O nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação e começava o período contemporâneo, que para os efeitos deste seminário poderíamos chamar de nosso fim-de-século. (Schwarz, 1999, p.4)

Junto ao fracasso do desenvolvimentismo, a aspiração modernizante colocada no processo de redemocratização brasileira assumiu formas desintegradas, colocando no centro do debate intelectual e público o verniz da democracia e da modernização sem levar em conta as estruturas sociais e o circuito do Valor de um país inserido na periferia do capitalismo. Em outras palavras, o que se está na ordem do dia desde a década de 1990 é a ilusão de superar as desigualdades através de artifícios modernizantes, produzidos muitas vezes por indivíduos

ou organizações imperialistas, sem considerar a ordem mundial e qual o lugar do Brasil nesse processo.

É fato que o capital tem assumido formas mais complexas, tanto do ponto de vista de acumulação, quanto da própria produção, mas também é evidente que esse circuito só é efetivo quando combinado com nações e indivíduos na miséria. Não há lugar para todos no mercado. A modernização tem mesmo garantido o progresso do Brasil dentro do cenário mundial? Além de não ter cumprido a promessa do emprego e cidadania para a grande maioria das pessoas, quando implementada junto ao processo de industrialização, tem constituído no ideário nacional propostas e formulações desintegradas, atomizadas do processo capital-trabalho.

Aqui cabe retomar a dificuldade brasileira em produzir uma crítica continuada. Foi esquecido o desastre da Abolição, que pelo mito da modernização do trabalho assalariado, deixou os escravos à própria sorte? No campo dos estudos urbanos, que é o que interessa neste ensaio, a desintegração parece ter sido assumida desde sua origem, quando se colocava em voga o processo de urbanização e do capital sem integrá-lo com o rural.

Não cabe aqui qualificar as produções que foram menos ou mais bem sucedidas, mas levantar os conteúdos e suas lacunas que desembocaram na centralidade das produções e propostas extremamente focalizadas, como os instrumentos urbanísticos.

Os instrumentos parecem assumir a forma mais expressiva do imperativo da modernização e de seu caráter dual. Tome-se aqui como exemplo as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), usadas como discurso e reivindicação das organizações e das formulações mais progressistas do campo urbano.

Em termos gerais, as ZEIS fazem parte de um dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001), que teve como intuito viabilizar o acesso à terra e à cidade à população mais vulnerabilizada. De acordo com pesquisa elaborada por Borges, ao estudar especificamente a aplicação na cidade de São Paulo, as ZEIS tomaram rumos quase inversos aos de seu objetivo primitivo. Isso porque o instrumento tem

possibilitado a execução de megaempreendimentos habitacionais que, antes de atenderem às demandas legítimas de moradia das classes mais necessitadas de nossa sociedade, tem possibilitado a entrada de diversos agentes financeirizados, que têm se apropriado da legitimidade desses territórios e dos estímulos à produção habitacional neles construída, garantindo o pagamento de rendimentos a investidores financeiros e novos patamares de acumulação. (Borges, 2022, p. 17)

A exemplo, a autora menciona o caso do empreendimento Grand Reserva Paulista, lançado pela incorporadora MRV na região de Pirituba. O projeto, aprovado no ano de 2016, teve habitações distribuídas em 48 edifícios de 18 pavimentos, organizados em 25 condomínios, totalizando 7.530 unidades habitacionais. Além da construção dos edifícios, o empreendimento contou com “abertura de ruas, ciclovias, duas praças públicas, uma creche e um edifício destinado ao batalhão da polícia militar”.

Para além das transformações no uso e ocupação do solo, os mecanismos de acumulação em torno da aplicabilidade das ZEIS evidenciaram grandes transformações. Ainda sobre o caso do Grande Reserva Paulista, a incorporadora MRV designou uma parte do empreendimento para integrar o portfólio da startup Luggo, criada por ela em 2019, e que atua principalmente no segmento de locação. Ainda segundo Borges, nesse tipo de operação, a incorporadora adquire o terreno, constrói o edifício, aluga todas as unidades e posteriormente vende esse "ativo" para um fundo imobiliário, que passa a ser o proprietário da propriedade, enquanto a Luggo fica encarregada da gestão do negócio. No caso específico, o condomínio Luggo Piqueri, localizado dentro do empreendimento Grand Reserva Paulista, faz parte de um acordo de venda fechado com a canadense Brookfield Asset Management, que se tornou a proprietária desses apartamentos e passou a se beneficiar das rendas provenientes dos aluguéis.

Salvo o detalhamento da própria criação dos instrumentos urbanísticos, e as transformações da própria ZEIS ao longo das primeiras décadas do século XXI, o que se quer debater aqui é a usurpação da efetividade dos instrumentos focalizados dentro de um processo cada vez mais global e que diz respeito ao próprio sistema capitalista. Se por um lado os movimentos sociais e os intelectuais comprometidos com a justiça social dentro do campo "progressista" tem se cada vez mais levantado bandeiras e formulações para defender ferramentas focalizadas, em prol da organização e do poder local, por outro lado, os mecanismos de acumulação do capital não deixaram de ser integrados. Pelo contrário, os fluxos globais têm se aprofundado. Tendo isso em vista, não é imprudente afirmar que as políticas focalizadas não tem servido a ninguém mais que o próprio capital.

O localismo atomizado, quando analisado pela ótica material da produção e da reprodução social do espaço, não tem atendido aos interesses da classe trabalhadora, mas tem sido parte da própria circulação do Valor. É a partir dessa observação que os proprietários fundiários, o capital de incorporação, o capital da construção e o capital financeiro não tem se contraposto nos debates públicos e políticos, e tem conseguido trabalhar em conjunto. No plano inverso, os progressistas não têm barrado vitórias do capitalismo, mas alimentando-as.

Ainda que o espaço seja o locus privilegiado onde se dá a reprodução social, quando analisado apenas pela ótica dos agentes ou atores, descartando as classes sociais, acaba dando ferramentas para o avanço da desigualdade e da acumulação desenfreada. É preciso inserir nos estudos urbanos a lógica econômica, assim como nos estudos econômicos as dinâmicas urbanas e sua reprodução.

Levando isso em conta, parte dos economistas que buscaram se debruçar sobre o espaço, levaram em consideração o desenvolvimento regional. Como se verá, também é uma escala que dissociada dos processos materiais e históricos, sobretudo na realidade brasileira, pouco avançará em diagnósticos ou soluções viáveis para a superação da miséria.

É possível já adiantar dois importantes pontos já levantados por Wilson Cano: 1) o processo desigual em que se foi dado a ocupação do território e a aparente perpetua desigualdade regional; 2) a estrutura fundiária arcaica e a preservação clientelista dos espaços de

reprodução mercantil em que se foi estabelecido nas regiões, sobretudo naquelas menos desenvolvidas economicamente.<sup>5</sup> Os processos, que são combinados, deram e dão fonte de poder às diversas forças das oligarquias locais e regionais e que, junto ao processo de acumulação global, mais servem aos interesses do capital internacional do que ao avanço da soberania nacional. Desta forma, será exposto em seguida algumas dinâmicas regionais que colocam à mesa os possíveis conteúdos reais a serem debatidos e aprofundados no campo dos estudos urbanos.

## **NEM LOCAL, NEM REGIONAL: APONTAMENTOS PARA O DEBATE TERRITORIAL E DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE**

Nesta última parte de discussão do ensaio, se buscará incentivar o debate intelectual brasileiro a retomar e construir produções comprometidas em compreender o Brasil de maneira integrada. Não apenas como válvula discursiva, ou até saudosista, mas a partir da realidade material da história contemporânea. Para tanto, será resgatado brevemente a historiografia dos estudos urbanos e do desenvolvimento regional e seus lugares nas transformações reais do processo de ocupação do território nacional, bem como os processos de acumulação do capital.

Desde a segunda metade do século XX, teóricos de diferentes áreas buscaram compreender o processo de reprodução das cidades inseridas na periferia do capitalismo. Isso porque houve um exponencial crescimento das metrópoles, em especial na América Latina, marcado por grande desigualdade territorial.

O fenômeno de metropolização começou a ser implantado a partir de 1950 junto ao processo de industrialização, que avançava e se alterava. O Brasil passou a produzir bens duráveis e bens de produção com abertura ao capital internacional. Em São Paulo, por exemplo, a indústria têxtil, que em 1949 correspondia a um quarto do valor industrial da cidade, uma década depois passou a representar apenas um sétimo desse valor. Enquanto isso, as indústrias de material de transporte e de material elétrico elevaram 10,6% do produto industrial nesse mesmo período (Maricato, 2000). Conforme aponta Maricato, essas alterações afetaram o modo de vida e a cultura nas cidades:

Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido por essa grande indústria fordista promove, a partir dos anos 50, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (que inicialmente eram restritos às faixas de maior renda) e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudam radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia. (Maricato, 2000)

A urbanização, somada com a novidade do consumo de bens industrializados, como os automóveis, a televisão e os demais eletrodomésticos, faziam das metrópoles e da vida nas grandes cidades signos da modernidade, ao passo que o rural, lócus de relações atrasadas, representava um passado do qual o Brasil progressivamente se afastava.

Essa mudança do paradigma econômico, que segundo Ferreira garantiu o “milagre econômico”, era baseada na inserção subordinada do país dentro da divisão internacional do trabalho, mantendo o atraso tecnológico brasileiro através da importação de tecnologias prontas (Ferreira, 2005). A dependência, portanto, se aprofundou. Com a industrialização, a população pobre rural, em busca de melhores condições de vida, migrou vertiginosamente para as cidades, alimentando um processo de superexploração do trabalho ligado ao excedente da reserva de mão-de-obra (Kowarick, 1980). Isto é, a vinda das multinacionais não só enfraqueceu o desenvolvimento nacional, como estava condicionada ao pagamento de baixos salários, o que permitiu o aumento exorbitante da extração de mais-valia e, conseqüentemente, a alta taxa lucros das multinacionais.

A evolução migratória do rural para o urbano, em uma escala nunca vista antes, somada às condições de exploração do trabalho, à falta de serviços de consumo coletivo e à ausência de reforma agrária permitiram a extração de excedente econômico, promovendo a concentração de renda e a desigualdade urbana.

Em 1940, a população urbana brasileira era de apenas 26,34%; já em 1980, apenas quatro décadas depois, passou a ser de 68,86%. Em apenas 10 anos, de 1970 a 1980, o número de cidades com mais de um milhão de habitantes dobrou. Esse crescimento foi marcado pela formação de bairros periféricos, caracterizados pela autoconstrução de moradia, pelos índices de doenças infecciosas e respiratórias e pela precariedade urbana (MARICATO, 1999). São marcas das denominadas “industrialização com baixos salários” e “espoliação urbana”.

Essas características, bem como a reestruturação produtiva, foram realizadas de forma mais intensa nas Regiões Sudeste e Sul do país, o que Milton Santos chamou de “Região Concentrada do Brasil” (SANTOS, 1996b). Os efeitos da acumulação do Capital, da mecanização do território, do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988, 1996b) centrados nessa região são sentidos até os dias de hoje, resultando no que Elias e Pequeno descrevem como “uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital hegemônico, reconstituindo-se à imagem do presente, transformando-se na área com maior expressão dos fixos artificiais e dos fluxos de todas as naturezas” (ELIAS, PEQUENO, 2011).

No entanto, a partir de 1980, Milton Santos (SANTOS, 2013), aponta que começou a ocorrer uma revolução urbana. Isso porque iniciou-se um deslocamento de urbanização das faixas litorâneas para o interior do país, processo este que vem alterando significativamente não só a ocupação do território, mas também o processo de reprodução social e os mecanismos de acumulação do capital. A partir disso, a rede urbana brasileira vem se tornando muito mais complexa, já que além do crescimento das cidades e metrópoles, há também um

desenvolvimento de cidades pequenas e médias, transformando as dinâmicas de concentração e dispersão.

Ainda de acordo com o autor, a reorganização da produção, das migrações urbanas, e o avanço do uso intensivo de máquinas agrícolas, teria impactado na difusão do meio técnico-científico-informacional para o interior do país. É a partir disso que as áreas urbanizadas no rural passaram a crescer exponencialmente, já que a gestão do agronegócio globalizado necessita de espaço e infraestrutura urbana.

Ainda que as metrópoles ainda constituem um papel importante na dinâmica econômica global, os agentes inseridos nos circuitos de valor vem criando fluxos e novas relações sobre o território, como é o caso da agroindústria no Brasil. De acordo com Miranda

A modernização agropecuária foi substancialmente robustecida, com a diversificação e aumento da produção, alterando o padrão tecnológico do setor, mas, ao mesmo tempo, mantendo inalterada a heterogeneidade social. O pacto agrário-modernizante-conservador apoiou e defendeu o latifúndio na sua nova estrutura fiscal e financeira, fazendo com que todos os ingredientes políticos que precipitaram o debate mais amplo em torno da questão agrária ficassem em plano secundário, prontos para re-eclozir com mais força ainda nos anos de 1990. (Miranda, 2009).

Diante disso, a separação teórica entre o rural e urbano, como categorias analíticas dissociadas, tem encontrado ainda mais dificuldades para a elaboração de diagnósticos sobre as transformações da rede urbana nacional. Tampouco a divisão entre moderno e atraso, quando associada ao rural-urbano, é suficiente. Nas áreas da expansão da fronteira agrícola é visível o crescimento de urbanização, bem como com a criação de novos pequenos municípios. As cidades da fronteira agromineral são “implantes” de serviços da agricultura de exportação e representam o que há de mais atual na dinâmica de urbanização brasileira (Brandão, 2010). Ainda assim, a reestruturação produtiva com o agronegócio está vinculada diretamente com o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, podendo estar, segundo diversos autores, relacionada a um aumento da desigualdade socioterritorial; aprofundamento da crise climática; desigualdade no uso e no acesso a recursos e espaços naturais, bem como o uso da natureza a serviço da atividade econômica estritamente; e o aumento dos conflitos oriundos da desigualdade no acesso à terra. Exemplos que caracterizam os desafios dos estudos urbanos no Brasil no século XXI.

Em termos concretos, essa mudança da reestruturação produtiva e sua consequente dinamização da ocupação do território nacional foi vista através dos dados do IBGE: de acordo com o Sistema de Contas Regionais do Brasil do IBGE, desde 2003 a região Sudeste do Brasil vem perdendo participação relativa na composição nacional do PIB, enquanto, simultaneamente, as regiões Norte e Centro-Oeste aumentaram.<sup>6</sup> Algumas das explicações teóricas passam pelo aumento da riqueza proveniente da aplicação do receituário neoliberal desde 1990, bem como o incentivo de políticas públicas e regionais em torno do agronegócio e da mineração, causando a chamada “especialização produtiva e reprimarização exportadora” (Pochmann, 2022).

No Brasil, dentre as marcas do atraso estrutural, pode se destacar a subordinação das diversidades produtivas, urbanas, sociais e ambientais à lógica econômica de valorização de natureza “imediatista, rentista e patrimonialista” (Brandão, 2010). De acordo com Brandão, a exploração mercantil encontrou vantagens com a apropriação das diversas fronteiras de acumulação disponíveis, espaços estes abertos e desimpedidos para a extração de lucros sem contrapartida ou riscos. Assim, as formas de expansão e apropriação territorial; do rápido ritmo de acumulação do capital e do controle da propriedade fundiária rural e urbana ditam até os dias de hoje as desigualdades regionais e sociais.

O país de tamanho continental, com suas diversidades e seu caráter extensivo e predatório da economia, teria, segundo Cano,<sup>7</sup> determinado a apropriação contínua do território pela dinâmica da agricultura itinerante:

a dilatação da fronteira agrícola reproduzia o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, a ‘oferta elástica’ de mão-de-obra, nesse caso excluída não só de propriedade, mas também de posse, mantendo a estrutura das relações sociais predominantes: patrimonialismo, submissão e marginalidade social. (Cano, 2002, p.119)

Esse histórico de concentração de riquezas, propriedade e renda, são sentidos até os dias atuais, já que as variadas formas mercantis foram sendo implantadas sem conexão entre si ou articuladas territorialmente. Por esse motivo, Brandão aponta que o território é “povoado por hordas de despossuídos, de desabilitados pela propriedade, vagando, sem destino ou perspectivas, pelo amplo espaço nacional” (Brandão, 2010, p.13).

Com o processo de industrialização nacional, mencionado anteriormente, essa fragmentação se aprofundou, criando uma rede urbana diversificada, dispersa no interior e concentrada no litoral e grandes metrópoles. Ainda que o Estado tenha feito massivos investimentos de infraestrutura, sobretudo nos anos 1970 com o II PND (1974/1976), estes macros investimentos se deram de forma restrita e seletiva. Isto porque não houve um planejamento regional para implantação dessas obras, deixando a cargo as escolhas e o próprio planejamento das empresas. Enquanto os investimentos rodoviários e elétricos foram feitos massivamente para onde as indústrias se implementaram, os serviços essenciais para a construção urbana menos desigual, como saneamento e saúde, não se expandiram igualmente. Dentre as diversas problemáticas, vale destacar que mesmo os investimentos existentes não se deram de forma endógena, aprofundando a desigualdade regional nacional. Brandão denomina esse esquema tecnocrático nacional e de expansão urbana como “pacto de compromisso das oligarquias regionais” (Brandão, 2010, p. 15).

Em outras palavras, para o autor, as cidades e as regiões passaram a ser utilizadas como instrumentos para a promoção de interesses patrimonialistas e especulativos, envolvendo quatro grupos de agentes responsáveis pela acumulação de riquezas e aumento da desigualdade: os proprietários fundiários, o capital de incorporação, o capital da construção e o capital financeiro (BRANDÃO, 2010). Essa “coalizão conservadora” tem seus interesses garantidos por políticos locais, pelo poder judiciário, por cartórios e outros agentes,

consolidando uma aliança atrasada e impedindo avanços na construção de cidades menos desiguais e com uma gestão regional e intraurbana mais participativa. É importante ressaltar que, ainda que em muitos aspectos apresentem uma aparência moderna, essas alianças ainda cultivam relações de promiscuidade estruturais entre o setor público e privado, as quais muitas vezes organizam-se em torno dos interesses do capital em promover reestruturações urbano-regional ou a construção de moradias.

A partir de 1980, com a crise da dívida pública dos países periféricos e o fechamento do financiamento externo, o Brasil sofreu uma reestruturação econômica, abrindo caminhos para a implantação do receituário neoliberal. O Estado então perdeu poder em promover “frentes de expansão atrativas”, com impacto direto nas taxas de crescimento. Mas é em 1990 que as características do neoliberalismo se exacerbaram, com massivas privatizações (telecomunicações, bancos, ferrovias, energia elétrica, entre outros), sem apontar saídas para a retração econômica.

Ingressamos em processo de integração subordinada na mundialização financeirizada, promovendo o ajuste passivo e a modernização defensiva e a não diversificação do aparelho produtivo. Ao invés da geração de capacidade produtiva renovada, os recursos financeiros voláteis acessados no exterior, ganham a forma de inversões que se materializam antes como aquisições patrimoniais (fusões e aquisições) do que como investimentos produtivos. (Brandão, 2010, p. 18).

A partir daí, o processo de reestruturação produtiva se centrou na especialização e no mercado internacional das *commodities* com surtos de crescimentos localizados em algumas regiões, aprofundando as desigualdades e disparidades regionais. Ocorreu, então, o que alguns autores chamam de “reprimarização e reespecialização” (Pochmann, 2016). Em busca de vantagens competitivas, a exploração de recursos minerais, florestais e agrícolas aumentou exponencialmente, de tal forma que os desafios estruturais do país em torno da reprodução social foram agravados. Conforme foi visto, nesse mesmo momento, se deu a interiorização do território brasileiro, que, ao invés de dinamizar o processo econômico nacional, deu continuidade à valorização da estrutura patrimonial, financeira e mercantil.

Passa-se então a apropriação e exploração intensiva no interior do país, sobretudo nos territórios rurais e urbanos menos adensados, tendo o Estado como garantidor da propriedade fundiária privada e dos interesses mercantis. Além da imensa gama de terras vacantes servirem ao mercado internacional das *commodities*, como a soja no centro-oeste, à degradação ambiental e a superexploração do trabalho rural, os mecanismos de acumulação neoliberais abriram portas para transformar a terra urbana em ativos financeiros, complexificando ainda mais o circuito de valor e a produção de desigualdades urbano-rurais (Brandão, 2010; Macedo, 2013).

Ao longo das últimas décadas, a terra tornou-se um componente ainda mais complexo no circuito de valor, visto sua incorporação no sistema financeiro. Segundo Harvey, a renda da terra passou a ser capitalizada pelas taxas de juros sob forma de títulos de propriedade, se convertendo em uma espécie de “capital fictício” (Harvey, 2015). Ela, então, se torna uma

mercadoria cada vez mais valiosa, sendo tanto uma forma de acumulação e patrimônio, como um tipo de ativo financeiro, com a espera de renda futura sobre a produção naquele espaço. Do ponto de vista da urbanização, entende-se que o crescimento das cidades, somada com a expansão da fronteira agrícola, muitas vezes se apresenta como uma máquina de produzir desigualdades sociais e de depredação do meio ambiente. Ao mesmo tempo em que as denominadas cidades do agronegócio globalizado modernizam o espaço construído, o crescimento é combinado com a dinâmica de exclusão social, domínio político e atraso, apontando para a nova face de um crescimento “desigual e combinado” (Oliveira, 2003).

Com essas práticas de acumulação, ocorrem diversos tipos de espoliação, como a expropriação de terras, grilagem, supressão de formas de produção, sobretudo as familiares, monetização e taxação da terra, privatização dos espaços públicos e de recursos naturais. Exemplos que fazem parte da denominada “acumulação primitiva permanente” (Luxemburgo, 1988; Brandão, 2010). Além disso, combinam-se também a novas formas de exploração da fração da classe trabalhadora no campo e na cidade.

Ainda que os problemas urbanos estruturais e históricos do Brasil em muitos aspectos tenham permanecidos os mesmos, incluindo a falta de infraestrutura, a desigualdade territorial, a ocupação informal, a exploração da classe trabalhadora, as transformações apontadas nos circuitos de acumulação e na organização urbano-rural trazem consigo novos desafios de diagnósticos, compreensão sobre a organização territorial e de reprodução social do espaço urbano nacional. Sobretudo, importa compreender como essas formas arcaicas de acumulação relacionam-se com a produção do espaço e a nova configuração socioespacial do país.

## CONCLUSÃO

O debate que deu início às inquietações inscritas neste ensaio não foi proposto com o intuito de encontrar soluções ou saídas concretas para as amálgamas brasileiras, mas colocá-las à mesa e evidenciar seus deslocamentos sobre os problemas materiais e teóricos de um país inserido na periferia do capitalismo. Através da extensiva leitura e análises bibliográficas, bem como a própria experiência empírica desta autora, viu-se que nem o localismo, nem o planejamento regional, discutidos e implementados isoladamente podem responder às transformações e aos mecanismos de acumulação do capital dentro da especificidade de um país inserido na periferia do capitalismo.

Para tanto, o que se coloca aqui é a necessidade de incorporar no debate da formação brasileira a discussão territorial associada com as estruturas das classes sociais e as dinâmicas de acumulação. Nesse sentido, faz-se necessário deixar de lado a discussão dual do urbano e levar em consideração também o rural.

Quando se analisa os processos de acumulação do capital, sabe-se que é no espaço em que este se materializa, assim como é nele em que se dá a reprodução social. No caso brasileiro,

parte das formulações teóricas apresentadas que no século passado se preocuparam em alcançar uma análise da totalidade sobre o urbano, foram elaboradas em um contexto de industrialização e de formação de grandes metrópoles. Com a complexificação dos capitais, sobretudo do financeiro, fica claro que a urbanização por si só não dá conta das respostas. Assim como uma ótica econômica que não incluía a reprodução social do espaço, também não é suficiente para dar conta dos diagnósticos do capital globalizado.

É importante adiantar que essas dinâmicas não são novas, e já foram extensamente colocadas e debatidas pela denominada “acumulação primitiva permanente”. Portanto, não se pretende aqui colocar formulações inéditas e conclusivas, mas recolocar questões que ainda não tiveram respostas entendidas enquanto satisfatórias, assim como formulações que levem em consideração o estágio atual do capitalismo e do chamado ideário neoliberal. Também não se trata da continuação só pela continuação, como já apontou Schwarz, mas da constituição de formulações dos problemas reais, com duração histórica e que fazem parte do sistema capitalista e dos interesses da acumulação.

Para tanto, muito ainda há que ser formulado e debatido, mas parece claro que o debate das escalas e da predominância contemporânea do localismo atomizado pouco tem avançado e contribuído para encontrar rumos a uma compreensão da totalidade da produção e reprodução do espaço do capitalismo periférico. Pelo contrário, muitas vezes é feito, ainda que com “boas intenções”, em favor e à serviço dos próprios capitais.

Em uma sociedade como a brasileira, conservadora, moderna e atrasada, e em um espaço geográfico continental e que possui diversas especificidades regionais, coloca-se um desafio imenso, como o de produzir conhecimento e análises sobre o espaço urbano que contemple a diversidade apontada. É por isso que se faz urgente a retomada da discussão em escala federal. O espaço nacional não é apenas um lugar de fiscalização ou de governança de recursos, mas um lugar em que se dá a disputa de interesses múltiplos e construídos em diferentes escalas entre classes sociais.

É pela nação em que se pode levantar diretrizes gerais para superar a miséria. Assim como também é através dela em que a descentralização e democratização das discussões pode ser feita de forma a superar estruturalmente as desigualdades.

Aqui, se retoma Macunaíma, que se fosse criado após a virada do século XXI, não sobrevoaria o Brasil no tuiuí-aeroplano, mas com aviões modernos e estrangeiros. Talvez também não fosse nascido na Amazônia, nem ido para São Paulo. É mais capaz que tivesse nascido no Nordeste, e viajado rumo ao Centro-Oeste, em busca de seu amuleto, em forma de saca de soja. Muito mudou desde a “construção interrompida”, mas a miséria permaneceu. A quem interessa o localismo atomizante?

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo**. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39-69, 2010.

\_\_\_\_\_. GUIMARÃES NETO, L. **A formação econômica do Brasil e a questão regional**, In: COELHO, F. C.; GRANZIERA, R. G. (Org.). Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Editora Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2009, v. 1, p. 202-225

BORGES, Isadora. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): das lutas populares pelo acesso à terra urbanizada à viabilização de Grandes Projetos Urbanos em São Paulo**<sup>1</sup>.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1975.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DE MELLO, Gilda et al. **O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma**. Editora 34, 2003.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 153-153, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mitos e nós do agronegócio no Brasil**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FIX, M. **Transformações recentes no circuito imobiliário nacional**. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. RJ: Ed. Paz e terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, D. **As loucuras da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação**. *Socialist Register*, p. 95-125, 2004.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. v. 44. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

MACEDO, Fernando Cezar de. **Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Rio Verde**. *Sociedade & Natureza*, v. 25, p. 35-50, 2013.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência**. *Capital & Class*, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, p. 21-33, 2000. Link de acesso: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/?lang=pt> . Acesso em 23 de maio de 2021.

MIRANDA, Humberto. **Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na Região Nordeste/Brasil (1990-2010)**. *EURE (Santiago)*, Santiago , v. 38, n. 114, p. 173-201, mayo 2012. Disponible en

<[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612012000200007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612012000200007&lng=es&nrm=iso)>. accedido

en 28 jul. 2023. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612012000200007>.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, território e meio ambiente no Brasil: Os limites da transição para uma agricultura sustentável**. *Econ. soc. territ*, Toluca , v. 9, n. 31, p. 723-758, dic. 2009 . Disponible en

<[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-84212009000300006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212009000300006&lng=es&nrm=iso)>. accedido en 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução: Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.  
\_\_\_\_\_. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo, Boitempo 2013.

POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 187 p. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 28 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_. et al. **Novo padrão de divisão regional do trabalho no Brasil no primeiro quarto do século 21**. RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, v. 5, p. e023003-e023003, 2023.

\_\_\_\_\_. **O Brasil emparedado pela reprimarização**. Jornal Outras Palavras, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-o-brasil-emparedado-pela-reprimarizacao/>. Acesso 22 de julho de 2023.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os circuitos espaciais da produção**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Orgs.). A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986a.

\_\_\_\_\_. **A região concentrada e os circuitos produtivos**. Relatório de pesquisa O centro nacional: Crise mundial e redefinição da região polarizada. São Paulo: Depto de Geografia USP, 1986b (datilografado).

SCHWARZ, Roberto. **Fim de século. Sequências brasileiras: ensaios**, p. 155-162, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nacional por subtração**. Que horas são, p. 29-48, 2006.

SERRA A., Carina. **Quando a periferia entra em cena: movimentos sociais e a questão urbana na região metropolitana de São Paulo, 2000-2018**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2022.

VENTURA NETO, Raul. A (trans) formação socioespacial da Amazônia: floresta, rentismo e periferia. **Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**, 2017.

---

<sup>1</sup> Para uma boa introdução sobre o assunto, ler: ROBERTO, Schwarz. Nacional por subtração. Que horas são, p. 29-48, 2006.

<sup>2</sup> Não é objetivo deste ensaio retomar dados ou exemplos concretos da chamada “crise urbana”. Para tanto, ler mais em trabalho desenvolvido em formato de dissertação pela própria autora: SERRA A., Carina. Quando a periferia entra em cena: movimentos sociais e a questão urbana na região metropolitana de São Paulo, 2000-2018. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2022.

<sup>3</sup> SCHWARZ, Roberto. A viravolta machadiana. Novos Estudos Cebrap, v. 69, p. 15-34, 2004.

<sup>4</sup> SCHWARZ, Roberto. Fim de século. Sequências brasileiras: ensaios, p. 155-162, 1999.

---

<sup>5</sup> Ver mais em: CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. 1981. Tese de Doutorado. [sn].

<sup>6</sup> AGENCIA IBGE. IBGE, 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14701-asi-em-2012-sudeste-concentrava-552-do-pib-do-pais-e-o-df-tinha-o-maior-pib-per-capita>. Acesso 22 de julho de 2024.

<sup>7</sup> Cano, assim como Brandão, recorrem à produção de Furtado para dissertar os impactos atuais das dinâmicas da agricultura itinerante. FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974